

**Todos contra o terror:  
os atentados na França e a ação coletiva acionada por Istoé**

*Everyone against terror:  
attacks in France and the collective action set by Istoé*

André Melo MENDES<sup>1</sup>  
Raquel DORNELAS<sup>2</sup>

**Resumo**

O ano de 2015 ficou marcado pela publicização do Estado Islâmico e de uma nova forma de terrorismo, sem fronteiras, que se estendeu para Europa, mais especificamente, a França, símbolo dos ideais iluministas que sustentam a identidade ocidental. Diante do medo provocado por essa forma de ameaça, a imprensa mundial, inclusive a brasileira, passou a construir narrativas com o objetivo de fornecer à sociedade uma resposta plausível a tais acontecimentos. O objetivo desse artigo é analisar o relato contido em duas reportagens veiculadas pela revista Istoé, que abordam os atentados de 2015. Para compreender como o processo de individualização dos acontecimentos foi realizado, utilizaremos o conceito de ação coletiva desenvolvido por Louis Quéré.

**Palavras-chave:** Acontecimento. Terrorismo. Ação coletiva.

**Abstract**

The year 2015 was marked by the publicity of the Islamic State and by a new form of terrorism, without frontiers, that extended to Europe, specifically France, symbol of the Illuminist ideals that support western identity. Faced with the fear provoked by this form of threat to the world press, including the Brazilian press, began to construct narratives in order to provide society with a plausible response to events. The objective of this article is to analyze the report contained in two articles published by Istoé magazine, which deal with the terrorist attacks in 2015. In order to understand how the process of individualization of events was carried out, we will use the concept of collective action developed by Louis Quéré.

**Keywords:** Event. Terrorism. Collective action.

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Comparada pela UFMG. Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG. E-mail: andremelomendes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação pela UERJ. Professora da Universidade Vila Velha (UVV/ES). E-mail: raqueldornelas@gmail.com.

## Introdução

Em linhas gerais, o jornalismo se pauta por acontecimentos<sup>3</sup>. A imprensa toma para si a função socialmente aceita de informar sobre ocorrências que a maioria de nós não teria condições de testemunhar ou de ter acesso imediato. Evidentemente, é impossível elaborar narrativas sobre tudo o que acontece a todo o momento pelo mundo. Por isso mesmo, os fatos só ganham visibilidade no espaço midiático da imprensa após passarem por uma série de procedimentos que imputam valores-notícias às ocorrências e classificam os eventos sociais por meio dos chamados "critérios de noticiabilidade" (TRAQUINA, 2002; WOLF, 2003 e outros).

Em função de tal caráter intermediário, a narrativa jornalística se torna frutífera para uma gama diversa de análises que tentam investigar as nuances, as regularidades e até as incoerências do(s) discurso(s) jornalístico(s). De fato, como explica Quéré (2012), o tratamento que a imprensa confere aos eventos é uma das formas possíveis de atingirmos a segunda vida dos acontecimentos.

A primeira está relacionada à dimensão mais imediata e experiencial, já a segunda vida ocorre quando as ocorrências de caráter acontecimental são simbolizadas, se tornam objeto do discurso e figuram, entre outros espaços, na narrativa jornalística. Assim, procuraremos, neste trabalho, nos debruçar sobre os mecanismos de simbolização de dois acontecimentos com características semelhantes – ambos ocorridos em 2015.

Em sete de janeiro daquele ano, a sede do jornal satírico Charlie Hebdo foi invadida por dois homens armados, resultando em 12 mortos. Aos gritos de "*Allahuakbar*" (Deus é grande), os irmãos franceses, Said e Chérif Kouachi, pretendiam se vingar do veículo de comunicação conhecido pelo humor ácido e por publicar, periodicamente, sátiras sobre o profeta Maomé e o islamismo. Os dois foram mortos pela polícia.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, acionaremos o termo "acontecimento" alinhados, principalmente, à perspectiva do sociólogo francês Louis Quéré. Uma ampla revisão da utilização dessa perspectiva pode ser consultada em França e Oliveira (2012).

Já em novembro de 2015, sete integrantes do grupo terrorista Estado Islâmico promoveram uma ação orquestrada que atingiu diversos pontos da capital francesa: explosivos foram acionados nas imediações do *Stade de France*, enquanto tiros foram disparados pelos terroristas, matando pessoas em um restaurante, em três bares, em uma pizzaria, além da casa de shows Bataclan. No total, foram mortas 129 pessoas, e o acontecimento, além de chocar o mundo, agendou o noticiário da França e de diversos outros países, como o Brasil.

Frente a tamanho impacto e às reações mais imediatas, a sociedade, incluindo a imprensa, passou a realizar conexões e relações entre os fatos a fim de fornecer uma resposta plausível aos acontecimentos – ou seja, transformá-los em objetos de discurso. Para entendermos como se deu parte do processo de simbolização dos dois eventos em questão, suas possíveis regularidades ou assimetrias, analisamos duas edições da revista semanal brasileira Istoé: a de 14 de janeiro e a de 25 de novembro de 2015, que se propuseram a dar destaque, em suas capas, aos atentados na capital francesa.

Nossa intenção não foi analisar todos os enunciados (o que seria impossível), mas nos debruçamos sobre o conjunto formado pelos elementos de destaque neste recorte da notícia: imagens, títulos e legendas, boxes, infográficos, bem como pela primeira página de texto.

De fato, diversos estudos salientam que as imagens e os títulos são fortes "pontos de entrada" do leitor do impresso. Silva (1985, p. 47), ao explicar sobre a zona de visualização da página impressa, pontua que "as fotografias são elementos que mais atraem a atenção". Franco (2010), ao comparar os pontos de entrada (ou dispositivos direcionais, como ele denomina) entre veículos impressos e online, reúne uma série de estudos prévios sobre hábitos de leitura.

Entre eles, é possível encontrar dados que mostram a importância dos títulos, juntamente com as imagens, como zona de primeira leitura do público: "[...] os leitores dos jornais *standard* simplesmente começam com os títulos (lembre que, em 1990, acreditava-se que iniciavam pelas fotos), e os leitores de tabloides começam pelas fotos" (FRANCO, 2010, p. 33). O autor ressalta ainda que os leitores do impresso tendem a ser atraídos justamente pelos elementos de diagramação que os editores elegeram destacar: título, linha fina, imagens (com legendas), boxes e infográficos.

Assim, em resumo, nossa escolha metodológica se propõe entender parte do processo de simbolização dos dois atentados por meio dos elementos que exercem função de destaque apenas na capa e na primeira página das matérias internas – seções com papel central no processo de retenção do leitor. Tal delimitação do recorte foi também uma forma de tornar nossa análise viável, em função da extensa dimensão das duas reportagens.

Já a nossa opção por investigar um mesmo veículo (em duas edições diferentes) se justifica pela tentativa de manter um maior rigor para fins de comparação analítica – uma vez que a possível seleção de revistas diferentes implicaria em outras variáveis (posturas editoriais, de público-alvo etc.) que fugiriam ao escopo do trabalho.

Dentre todas as aplicabilidades conceituais de análise do acontecimento, a fim de entender o processo de sua transformação em objeto discursivo, nos debruçamos sobre uma específica: a ação coletiva suscitada pelos atentados. Ou seja: que tipo de resposta conjunta a revista apontou como possível solução para o problema colocado em pauta nas duas ocasiões?

Nesse ponto da discussão, e antes de dar prosseguimento à análise, é necessário explicarmos esse conceito central em nosso trabalho: o que seria essa ação coletiva que surge e aparece como reivindicação após a ocorrência de fenômenos acontecimentais?

### **O acontecer coletivo**

Os acontecimentos podem pertencer à esfera privada ou serem suscetíveis de afetar toda uma coletividade. Neste último caso, Quéré explica que o evento se apresenta sob o registro da ação pública: “[...] o acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado dentro de um registro particular, aquele dos problemas públicos e de seu tratamento pela ação pública” (2000, p. 14)<sup>4</sup>.

Os acontecimentos públicos se diferem, portanto, por passarem por um processo de publicização – a “inscrição no espaço público” (QUÉRÉ, 1995, p. 104). Em outras

---

<sup>4</sup> (Tradução nossa): “[...] l'événement public est fondamentalement un événement inscrit et thématisé dans un registre particulier, celui des problèmes publics et de leur traitement par l'action publique”.

palavras, tal evento tem a capacidade de reter a atenção coletiva. Longe de afirmarmos que a imprensa foi o único espaço por onde transitaram as narrativas sobre os atentados, é também inocente negarmos que o jornalismo se coloca como um palco privilegiado para gerar visibilidade aos acontecimentos. Especificamente, para nós brasileiros, foi principalmente a partir da mídia que conseguimos ter acesso aos artefatos semânticos que nos explicaram – ou ao menos tentaram – o que ocorreu na França em 2015.

O acontecimento se torna público em um processo costurado por três aspectos centrais: os quadros partilhados de experiência, a visibilidade do acontecimento e o problema público que ele representa (QUÉRÉ, 2001). Ora, todos nós, mesmo em nossa vida cotidiana, ao nos depararmos com problemas de diversas naturezas, nos esforçamos para encontrar soluções por meio de ações. A questão é que, ao figurar coletivamente, a ação demandada pelo problema compartilhado por muitos, também necessita ser de cunho coletivo.

A ação pública, na perspectiva aqui adotada, não é unilateral nem arbitrária, mas segue a lógica relacional tão presente em autores pragmatistas, como Quéré.

A ação pública se encarrega do tratamento dos problemas de um certo tipo – aqueles apresentados em um âmbito ou em um alcance 'societal' - e é através da construção social, dentro do espaço público, de tais problemas, de seus riscos, de suas causas e das soluções trazidas, que se exerce um tipo de reflexividade social guiando a ação coletiva. A recepção dos acontecimentos exerce de um papel primordial dentro da constituição dos campos problemáticos em função dos quais se organiza a ação pública (QUÉRÉ, 1995, 106-107)<sup>5</sup>.

Segundo Quéré, a ação coletiva se constitui como um registro do processo de individualização dos acontecimentos por meio de três características principais. Em primeiro lugar, esse registro dispõe de uma linguagem que lhe é própria. A ação pública é marcada por uma semântica, um conjunto de conceitos que dão o tom do problema.

---

<sup>5</sup> (Tradução nossa): “L’action publique ne prend en charge que le traitement de problèmes d’un certain type – ceux qui présentent un enjeu ou une portée ‘sociétale’ – et c’est à travers la construction sociale dans l’espace public, de tels problèmes, de leurs enjeux, de leurs causes et des solutions à leur apporter, que s’exerce une sorte de réflexivité sociale guidant l’action collective. La réception des événements joue un rôle primordial dans la constitution de ces champs problématiques en fonction desquels s’organise l’action publique”.

Evidentemente, tais conceitos precisam ser socialmente compartilhados para que o público afetado possa se sentir parte da mesma rede de engajamento que se forma, agindo coletivamente, para encontrar a solução do quadro problemático instaurado.

Predomina, dentro dessa semântica, o vocabulário de ajuda a partir do qual nós definimos o caráter problemático das situações ou dos estados das coisas reveladas pelos acontecimentos, nós estabelecemos o caráter anormal, indesejável ou condenável das situações e estado das coisas, e nós racionalizamos os projetos da ação e os dispositivos destinados para remediá-lo (QUÉRÉ, 1995, p. 107)<sup>6</sup>.

Assim, compreender o acontecimento e reagir a ele (por meio da ação coletiva) implica também em acionar gramáticas que nos ajudem a dar conta do problema público. Na construção de tal gramática, cidadãos, governo, imprensa e diversas esferas da sociedade buscam criar um vocabulário, uma semântica padronizada que responda às questões: o que aconteceu aqui e o que devemos saber para reagir ao que aconteceu?

A ação pública também pode envolver um tipo particular de entidade social, segundo Quéré. Seriam esferas especializadas que se mobilizam e que contêm os predicados específicos, segundo o autor, para o tratamento do problema instaurado. Devedor de Dewey, para quem a noção de público é menos uma formação *a priori* e mais uma instância constituída em afetação, Quéré explica que o coletivo mobilizado no seio da ação pública pode ser formado por um conjunto de atores sociais que interagem comunicativamente e orbitam, de forma relacional, em torno do problema. “Esses indivíduos coletivos não são necessariamente coletivos reais; são, geralmente, coletivos virtuais, ou seja, entidades formatadas para nos narrar e nos explicar, entidades com a ‘pele’ de indivíduos e de grupos reais que são chamados a integrá-la” (1995, p. 107)<sup>7</sup>.

É preciso ressaltar que o coletivo não precisa, necessariamente, pertencer a esferas institucionais. A entidade social que se mobiliza para agir em conjunto pode ser

---

<sup>6</sup> (Tradução nossa): “Prédomine dans cette sémantique le vocabulaire à l’aide duquel on définit le caractère problématique des situations ou des états de choses révélés par les événements, on établit le caractère anormal, indésirable ou condamnable de ces situations et états de choses, et on rationalise les projets d’action et les dispositifs destinés à y remédier”.

<sup>7</sup> Tradução livre de “Ces individus collectifs ne sont pas nécessairement des collectifs réels; il s’agit souvent de collectifs virtuels, c’est-à-dire, entités mises en scène par nos récits et nos explications, eintités dans la “peau” desquelles sont appelés à se glisser les individus et les groups réels”.

formada por cidadãos, políticos, forças estatais ou por todos eles em interação. Trata-se, portanto, do grupo que, em resumo, assumiria o controle da situação.

Por fim, a ação pública implica em certa estrutura de experiência histórica. Segundo Quéré, tal trabalho coletivo instaura uma temporalidade histórica, baseada na face experiencial dos sujeitos sociais e “fundadas no reconhecimento de uma possibilidade de progresso” (1995, p. 107)<sup>8</sup>.

Encontrando coerência dentre deste “campo de experiência”, nas palavras de Quéré, a ação pública se torna possível e o trabalho dos atores aptos para intervir no quadro problemático rumo a um futuro determinável – e alterável pela mão humana.

Assim, tal dimensão da ação pública se concretiza nos enunciados que remontam às ações passadas e tentam inscrever os fatos em uma temporalidade histórica e que, conseqüentemente, garantam uma situação mais confortável no futuro, um controle dessa mesma situação pela ação coletiva.

Por se ancorar e por nutrir um imaginário de responsabilidade social, o(s) discurso(s) do(s) jornalismo(s) não apenas relata(m) ações coletivas tomadas mediante problemas públicos, como também reivindica(m) e até mesmo sugere(m) tipos de intervenção. Tal afirmação nos leva ao questionamento central deste trabalho: como a ação coletiva figurou na revista Istoé após os acontecimentos ocorridos na redação do Charlie Ebdó e nos diversos alvos do ataque orquestrado do fim de 2015?

### **Os atentados: acontecimentos em revista**

Na primeira edição analisada, do dia 14 de janeiro de 2015, uma semana após o atentado à sede do Charlie Ebdó, em Paris, a narrativa do acontecimento ocupou quatro páginas duplas da publicação. Como problema público instaurado, a revista Istoé destacou não apenas o terrorismo em si, mas também a “liberdade de imprensa”, apresentando-a como o componente primordial da desestabilização causada pelo evento. Assim, a narrativa se concentrou também, e principalmente, na ameaça à própria liberdade de expressão, representada na censura dos terroristas à ação dos jornalistas –

---

<sup>8</sup> (Tradução nossa): “[...] fondée sur la reconnaissance d’une possibilité de progrès”.

que, não aleatoriamente, se insere dentro dos três valores conclamados pela Revolução Francesa e tão caros à Modernidade – liberdade, igualdade, fraternidade.

Figura 1: página dupla nº1, a abertura da reportagem sobre o ataque ao Charlie Ebdó.



Fonte: Revista Istoé, 14 de janeiro de 2015, p. 54-55.

Na imagem, a população ocupa o espaço público, sobe nos monumentos. Na foto de abertura da matéria, o céu escuro ocupa dois terços do enquadramento, enquanto a população, é retratada de longe, como uma grande massa aos pés do monumento. O contraste entre o tamanho do céu, com o tamanho das pessoas, as torna “pequenas” aos olhos do leitor, quase esmagadas pela força do céu escuro, que parece ser o assunto principal da foto.

Ao mesmo tempo em que mostra pessoas reunidas em volta de um monumento, sugere a pequenez dos franceses diante do céu que está sobre eles, dramático, que lhes é muito maior. O monumento parece estabelecer a ligação entre a população (chão/terra) e o céu. A parte principal da composição é a estátua: uma alegoria da República, de 9,5 metros.

O título, “Em defesa da liberdade”, foi colocado no lado esquerdo da página. A legenda, na página ao lado, é composta por duas frases em caixa alta: “Somos todos Charlie”, e “Multidão se reúne na Place de la République na quinta-feira 8 em solidariedade às vítimas do ataque terrorista”. Muito mais que uma mera descrição, a legenda dá coro à mensagem pretendida por Istoé.

Na segunda edição analisada, a publicação optou por uma cobertura muito mais completa, produzindo uma edição especial, cujo título, “As consequências do terror em Paris”, dividiu a página apenas com o nome da revista e a indicação de que se tratava de uma edição especial.

Esse título foi o mote da edição especial – todas as matérias ali publicadas procuraram abordar as consequências de esse novo atentado. Diferentemente do título da primeira edição, “Terror na França – a liberdade resiste”, que expressava certo otimismo, a segunda capa acionava um tom mais pessimista, assim como na abordagem das matérias.

Figura 2: capas das revistas que narraram os dois atentados.



Fonte: Revista Istoé, 14 de janeiro e 25 de novembro de 2015.

Enquanto a primeira edição dedicou quatro páginas duplas ao acontecimento, a publicação especial de 25 de novembro, portanto, 10 dias depois do fato, produziu 27 páginas. A singularidade dessa última reportagem pode ser notada na opção de utilizar três antepáginas duplas, como uma espécie de prelúdio para o texto principal. Cada antepágina dupla recebeu apenas um título e uma legenda. Em seguida a essa abertura incomum, vieram seis reportagens repletas de fotos e infográficos.

Figura 3: a abertura da reportagem nas páginas internas da edição especial de novembro.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 34-39.

Na primeira antepágina dupla, sobre o fundo escuro e parcialmente centralizada, é possível ver uma rosa presa entre dois buracos de bala e dois adesivos aplicados próximos a esses buracos.

Figura 4: antepágina dupla nº 1 da edição especial.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 34-35.

O título “A barbárie”, a princípio, não está totalmente de acordo com a imagem. Há certo contraste entre a beleza e, de certa forma, até da delicadeza da composição com esse texto. Comumente, o sentido do termo está associado à ideia de selvageria, algo cometido por alguém que não é “civilizado”.

Por que então o editor da reportagem não escolheu uma imagem em que essa ideia está evidente? Por que, dentre as várias fotografias de vidraças cheias de buracos de balas, escolheu-se essa imagem, em que está colocada uma flor vermelha? Podemos pensar que essa seria a resposta dos “civilizados” ao ato atroz cometido pelos “bárbaros” mulçumanos? Um gesto de delicadeza?

Na antepágina dupla seguinte (fig. 5), fortes diagonais que se deslocam da esquerda para a direita contrastam com a figura estática de um adulto segurando duas crianças. Esse contraste sugere mais tensão visual. Algumas outras pessoas estão borradas na imagem o que reforça a ideia de movimento e a posição de segurança do homem.

Figura 5: antepágina dupla nº 2 da edição especial.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 36-37.

No canto direito, em cima da antepágina, lê-se o título “O medo”. O texto parece se referir mais diretamente às pessoas que estão em movimento. O homem que segura as crianças não parece assustado. Ele dá a impressão de que procura manter a calma, evitando ser dominado pelo medo que parece tomar a todos ao redor. Nesse momento, ele avalia a situação enquanto reflete para ver qual a melhor atitude tomar. As diagonais “quebradas” sugerem uma ideia de movimento e de choque.

Figura 6: na antepágina dupla nº 2, percebe-se um movimento de choque e tensão.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 36-37.

Na mesma antepágina dupla, o texto que funciona como legenda afirma “Centro de Paris – homem segura crianças em momento de pânico, que se espalhou pela cidade”. A legenda esclarece a fotografia para o leitor, fixando a ideia de que as pessoas ali envolvidas estão em extrema tensão.

Por fim, a última antepágina dessa abertura (fig. 7), apresenta três pares de mãos brancas sobre um fundo escuro. Esses pares se parecem com pontos claros e sugerem certo ritmo ao leitor/espectador. Com um pouco de esforço, podemos perceber que uma das mãos tem as unhas pintadas. Cada par de mãos pertence a pessoas diferentes. As mãos unidas sugerem união, apoio, coragem. Os agasalhos escuros sugerem seriedade, luto. Ao optar por um enquadramento que excluiu as cabeças dos fotografados, provavelmente o fotógrafo quis enfatizar as mãos e, assim, um sentimento coletivo de solidariedade.

O título dessa página, “A comoção”, reafirma a união das mãos, em destaque na imagem. A expressão está associada à ideia de extrema sensibilização daqueles que são franceses, não apenas os cidadãos de Paris, como se poderá ver na legenda. Tal elemento textual, juntamente à imagem das mãos dadas, sugere também a ideia de solidariedade.

Figura 7: antepágina dupla nº3 da edição especial.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 38-39.

A legenda, “Lyon – franceses de mãos dadas em minuto de silêncio”, é uma forma da revista sugerir que o apoio não se deu apenas em Paris, mas em todo o país.

Nas páginas duplas seguintes (fig. 8), inicia-se a matéria propriamente dita. O título e subtítulo contribuem para uma integração entre as duas páginas. O título “Em um mundo mais perigoso” está escrito em caixa alta, na cor vermelha e com negrito. O subtítulo, “Massacre em Paris expõe o fracasso das superpotências no combate ao terror, obriga França e seus aliados a suprimir liberdades individuais e mostra que essa será uma guerra difícil de ser vencida” é longo e pretende fazer um resumo da situação, associando a culpa do massacre ao fracasso das superpotências em lidar com o problema.

Figura 8: página dupla nº1, a primeira após a abertura da edição especial.



Fonte: Revista Istoé, 25 de novembro de 2015, p. 40-41.

Enquanto a primeira imagem apresenta um soldado no teto do que parece ser uma igreja, ao seu lado, na outra página, podemos ver um conjunto de soldados junto a um avião. Na legenda dessa imagem é possível ler “Tropas”. Já a segunda frase, “Poder militar francês: país vai intensificar ataques” esclarece que o país vai reagir militarmente aos ataques. Vale destacar que a composição dessa imagem (fig. 9) faz uma clara referência aos cartazes da 2ª Guerra Mundial.

Figura 9: imagem da página dupla nº1 traz clara referência à 2ª Guerra Mundial.



Fonte: elaboração própria.

Assim, acionando elementos textuais e imagéticos, Istoé narrou os atentados, mas para nós ainda cabe uma questionamento: como a ação coletiva foi elaborada por Istoé após os ataques que marcaram o ano de 2015?

### **No relato, a ação**

Nas duas edições de Istoé, percebemos inscrições que buscaram mobilizar um trabalho coletivo frente ao problema público instaurado. Já na capa da primeira reportagem (fig. 2) e na página de abertura da reportagem (fig. 1), percebe-se o acionamento de uma gramática com nuances bem particulares. A semântica que dá o tom e tentar definir o caráter problemático do quadro relatado pela reportagem é o de tensão. Os termos "defesa", "atentado", "desafio" e as cores escuras (símbolos de luto) são exemplos de como o tema foi explorado.

Na legenda da primeira página dupla, o uso da oração "Somos todos Charlie" poderia provocar familiaridade ao leitor, uma vez que essa construção frasal estava, naquela ocasião, sendo amplamente difundida em outras esferas de interação, como nas redes sociais digitais, por meio do sinal indexador de conteúdo #SomosTodosCharlie, #JeSuisCharlie, #WeAreCharlie e derivações.

Apresentar, na abertura da matéria, uma fotografia com o monumento símbolo dos ideais modernos republicanos é também trazer à tona uma simbologia que tem grande peso no mundo ocidental, como já dissemos. A presença do público na Praça da República reforça a atenção que se pretende dar à liberdade como valor – e ao risco dela se perder, especificamente no âmbito da imprensa.

A formação de um conjunto de textos e imagens que possa responder ao acontecimento é outro aspecto da ação pública explicada por Quéré. A convocação para um trabalho compartilhado encontra registro na primeira reportagem de Istoé em vários pontos. A massa de franceses na fotografia que abre a matéria (fig. 1) não destaca nenhum manifestante em específico, mas convoca todos para fazer parte de um coletivo "homogêneo" em prol de um objetivo comum: reagir.

Assim, o sujeito ordinário também integra um tipo particular de entidade social constituída a partir do acontecimento. A população é convidada a também "ser Charlie", a lutar contra o terror e a defender a liberdade. O monumento, que parece estabelecer a ligação entre a população e a zona escura da fotografia, é a chave para uma resposta apropriada: a liberdade, como valor, faz a mediação entre o povo ameaçado e o temido céu nublado que se coloca sobre ele.

Quando a primeira reportagem escolhe mostrar a resposta rápida da sociedade civil e coloca em aberto “ao mundo o desafio de combater o terrorismo” (p. 54), o discurso espera que uma intervenção humana conseguirá, a partir da inscrição na temporalidade histórica, prosseguir rumo a um futuro mais seguro – ou seja, ao estado de normalização do quadro problemático.

Quéré explica que este é justamente o terceiro aspecto da ação pública: a inscrição em uma estrutura de experiência histórica que abre para uma possibilidade de progresso. E a revista prescreve, no subtítulo, de que forma deve ser feito esse movimento: “sem alimentar a xenofobia e a intolerância religiosa” (p. 54). Na capa (fig. 2), também percebemos tal traço de inscrição na experiência histórica, quando a palavra “resistência” aparece e dá lugar a um sentido futuro utópico ao quadro que se apresenta no agora.

Já a edição de 25 de novembro, como já dissemos, reforça o caráter problemático do terrorismo como fenômeno na Europa. A narrativa é mais dramática, mais extensa. A fim de descrever o quadro instável do fim do ano, a revista também acionou um vocabulário e uma rede semântica socialmente compartilhada e ainda mais emblemática do que na edição de janeiro.

Já na capa (fig. 2), a Torre Eiffel aparece como símbolo máximo da França, ensanguentada pela computação gráfica e com as cores da bandeira daquele país. Especialmente nas três primeiras páginas, também percebemos referências aos valores cristãos (mãos dadas), à iconografia da paz (como a flor inserida nos buracos de bala) e à simbologia da 2ª Guerra para reafirmar a ideia de conflito (fig. 9).

Semelhantemente ao primeiro caso, o interior da segunda revista também reveste o acontecimento de uma roupagem de tensão. As palavras “barbárie” e “medo” aparecem nas antepáginas. Já na página nº 1 (fig. 8), são acionados os vocábulos

“ameaça”, “mundo perigoso” e “combate”. A cor escura também se faz presente, para reforçar o imaginário de luto.

A mesma página dupla tenta estabelecer uma dicotomia entre o terror e o restante do mundo, recorrendo à rede de sentidos socialmente – e até historicamente – compartilhada. De um lado, há o país que representa “o que há de melhor nas sociedades desenvolvidas” (p. 40) contra os bárbaros autores dos ataques que podem provocar a perda dos “preceitos que, desde o Iluminismo, subjugarão as trevas da Idade Medieval” (idem).

Ao mesmo tempo, tenta-se alinhar uma gramática convocatória à ação solidária. A chamada para a mobilização frente ao quadro problemático aparece quando a página dupla nº 1 (fig. 8) destaca a “urgência” do combate, sob o risco de se perderem as “liberdades individuais”. Assim como na edição de janeiro, novamente aqui vemos o acionamento de um valor tão caro ao mundo ocidental.

Para a normalização do cenário, a instância em afetação agrega cidadãos de todo o mundo. “O massacre perpetrado pelos terroristas do Estado Islâmico não atingiu apenas o coração da França. Ele lacerou toda a civilização” (p. 40). A presença de sujeitos institucionais no coletivo mobilizado surge com mais força no início da segunda reportagem, se compararmos com o início da primeira matéria. Em torno do problema, foram acionados os países aliados, a França como Estado-nação, e a força armada estatal – a imagem icônica do soldado (fig. 8) é prova disso.

Na narrativa da edição especial, a referência ao primeiro atentado é evidente e contribui para estabelecer a experiência histórica, outro elemento chave da ação coletiva. O traço temporal é percebido quando a revista prevê que o caminho será percorrido pela sociedade com percalços. A guerra contra o terror será uma batalha “difícil de ser vencida”, alerta Istoé na página dupla nº 1 (fig. 8).

Apesar de longa e perigosa, a intervenção humana parece encontrar espaço em tal jornada – por isso mesmo, os sujeitos coletivos são acionados. Com dor, mas unidos, a França (e o mundo) poderá vencer o grande inimigo, assim como, na 2ª Guerra Mundial, as nações Aliadas (incluindo a França) superaram a ameaça dos Países do Eixo.

## Considerações finais

Ao fim deste artigo, percebemos que a ação coletiva foi mais incisiva no segundo episódio, o dos ataques em série na França. Porém, em ambos os acontecimentos, o que se destacou não foi tanto a vítima, mas o inimigo a ser combatido: o terror.

O destaque dado na segunda reportagem, provavelmente se deveu ao *status* de edição especial que, por sua vez, deve ter se dado em virtude da percepção de que o Estado Islâmico passava a se tornar mais importante que a Al-Quaeda e que o novo estilo de terrorismo imposto por esse grupo era muito mais agressivo e perigoso do que a do grupo anterior, cuja mira era, principalmente, os Estados Unidos.

Em ambas as reportagens, houve uma gramática similar, sendo apresentadas imagens dos líderes ocidentais e da população se mobilizando, e, sobretudo, recorrendo a aberturas bastante dramáticas. Na edição especial, o que percebemos foi um completo e complexo conjunto de textos, gráficos e imagens organizados com o objetivo de esclarecer sobre o novo atentado e os possíveis desdobramentos, no mundo ocidental, da ascendência do novo grupo terrorista.

Um ponto que gostaríamos de sublinhar sobre a primeira reportagem é o fato de a liberdade de imprensa ter sido colocada como um valor tão ou até mais caro à sociedade do que a própria liberdade individual. A convocatória à defesa da liberdade, materializada pela imagem da multidão francesa na Praça da República (fig. 1), recebe a adjetivação de liberdade de imprensa ainda antes de o leitor abrir a revista.

Quando Istoé ilustra a capa com uma arma, cuja ponta é um lápis com os escritos “Je suis Charlie” (fig. 2) e diz que o ataque ao jornal “representa uma ameaça a todos nós”, percebe-se uma tentativa de mobilização pública e de aproximação da esfera da imprensa aos leitores da revista. O jornalismo se coloca, nesse caso, como instância privilegiada na sociedade – lugar que, de fato, ocupa.

Percebemos ainda que a interconexão entre os dois acontecimentos relatados nas duas edições, apesar de separadas por dez meses, acabou por transformá-los em um único grande fenômeno de caráter acontecimental: a ameaça terrorista no mundo

ocidental ou a nova cara do terrorismo internacional. Tal observação confirma o aspecto experiencial do acontecimento, também bastante sublinhado por Louis Quéré. Segundo o sociólogo, a dinâmica hermenêutica é uma constante em fenômenos dessa natureza. O acontecimento continua enquanto acontece. Por isso mesmo ele vai ao encontro do domínio da experiência.

Eles não são “factos revestidos a posteriori de um sentido que antes não possuíam” (2005, p. 70). Na verdade, no seu próprio desenrolar, ele mantém a capacidade de reconfigurar-se, remoldar-se, re-afetar e ser novamente reapropriado. Conforme Quéré, “o acontecimento permite, ao que a ele se encontra exposto descobrir algo de si próprio e da sua situação” (idem, p. 70).

Exatamente, por estar inscrito na experiência, o acontecimento pode ser simbolizado de diferentes formas. E a ação coletiva suscitada pelo evento público pode variar de relato para relato. O que tentamos mostrar, neste trabalho, foi a ação conjunta encontrada na narrativa de Istoé – o que, certamente, não esgota as possibilidades de análise do fato em questão.

## Referências

FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRANCO, Guillermo. **Como escrever para a web: elementos para a discussão e construção de manuais de redação online**. Houston: Centro Knight for Journalism in the Americas, 2010.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, N° 6. Lisboa, ISCTE, Casa das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. L’espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac. (Org.) **Prendre place: espace public et culture dramatique**. Colloque de Cérizy. Paris: Recherches, 1995.

\_\_\_\_\_. L’individualisation des événements dans le cadre de l’expérience publique. In: BOURDON, P. (org.). **Processus du sens**. Paris, L’Harmattan, 2000.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa.** Summus Editorial, 1985.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** São Paulo: Martins Fontes: 2003.